

Moreira/Miniz/Senado Federal



Deputado Júlio Cesar (E), senador Gim Argello – relator-geral do Orçamento para 2011 –, deputado Waldemir Moka, a secretária da comissão, Myrna Pereira, e o deputado Bruno Araújo, relator de receitas

Comissão prevê R\$ 17 bi a mais para o Orçamento

Valor aprovado ontem pela CMO é equivalente ao acréscimo de 1,8% na estimativa de receita feita pelo governo para 2011. Decisão marca retomada dos trabalhos após eleições

Os parlamentares da CMO concordaram com o relatório do deputado

Bruno Araújo, segundo o qual a proposta original do Executivo não inclui aumento de receitas

decorrentes de legislação recente, como a que elevou de 2% para 6% o Imposto sobre Operações

Financeiras (IOF) dos capitais externos aplicados no mercado financeiro nacional. **3**

Decisão foi primeiro passo para novo mínimo

Reestimar receita é a primeira etapa para a CMO definir um novo valor para o salário mínimo. Amanhã, relator Gim Argello reúne-se com centrais sindicais. **3**

Aprovada PEC que retira vice da linha sucessória

Proposta aprovada na CCJ define, por exemplo, que, com morte ou renúncia do presidente nos primeiros dois anos de mandato, serão convocadas novas eleições. **8**



Demóstenes Torres (à esq., com Eduardo Suplicy e Romero Jucá) foi o autor de substitutivo aprovado ontem pela CCJ

Jonas Pereira/Senado Federal

Senadores elogiam Dilma e analisam as eleições 4 e 5

Paraguaios buscam novo acordo para Itaipu 7

Discursos e missa reverenciam Romeu Tuma

Uma missa de sétimo dia no Auditório Petrólio Portella e diversos discursos em Plenário homenagearam ontem a memória do senador Romeu Tuma. **6**

Senadores e servidores do Senado participaram da missa de sétimo dia de morte de Romeu Tuma



Cristina Gually/Senado Federal

A publicação é do Conselho Editorial do Senado e será lançada na 56ª Feira do Livro de Porto Alegre, aberta ao público até 15 de novembro

Roberto Homem/SENADO Federal



Organizado por Leon Francisco Clerot, o livro que o Senado lança na 56ª Feira do Livro de Porto Alegre sistematiza vocabulário tupi-guarani incorporado ao idioma nacional

Senado lança obra sobre significado de palavras de origem tupi-guarani

GRANDE PARTE DA população brasileira já ouviu falar no palhaço Tiririca, o deputado federal mais votado nas eleições de 2010. Porém, poucos sabem que o nome artístico de Francisco Everardo Oliveira Silva é uma palavra de origem tupi-guarani. A palavra tiririca é uma das que podem ser encontradas no *Glossário etimológico tupi-guarani*, de Leon Francisco Clerot, obra que o Senado lança na 56ª Feira do Livro de Porto Alegre. O evento está aberto ao público até o dia 15 de novembro, na Praça da Alfândega.

A publicação do Conselho Editorial do Senado reúne termos geográficos, geológicos, botânicos, zoológicos, históricos e folclóricos de origem tupi-guarani, incorporados ao idioma português falado no Brasil. A palavra tiririca, por exemplo, é dada a acidentes geográficos no Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Também é nome de um peixe de água doce e de uma erva daninha que tem a capacidade de invadir velozmente terrenos cultivados. Em tupi-guarani tiririca significa ir de rastos, arrastar-se.

Um trecho do arroio Chuí, localizado no Rio Grande do Sul, é considerado o ponto

mais meridional do Brasil. A palavra chuí é outra que foi herdada do vocabulário tupi-guarani. É um nome onomatopáico que designa diversas aves canoras e também andorinhas. Uma das mais importantes cidades gaúchas também foi batizada com um nome tupi-guarani: Bagé. Seu significado é "o feiticeiro" ou "o sacerdote". Gravataí, município próximo a Porto Alegre, significa rio dos gravatás em tupi-guarani. Gravataí denomina várias espécies de plantas.

O professor Leon Clerot pesquisou durante 25 anos as palavras do glossário. Ele morreu em dezembro de 1967, aos 78 anos, antes que seu trabalho tivesse sido publicado.

No prefácio, o presidente do Senado, José Sarney, lembra que, mesmo sem perceber, os brasileiros utilizam muitas das cerca de 60 mil palavras que herdou do tupi.

– Os gaúchos usam e abusam do seu típico tchê. Tchê é outro sinônimo tupi-guarani que significa "amigo". Também significa "eu" e "meu". Ernesto Guevara, que a história imortalizou como símbolo da rebeldia e da luta revolucionária esquerdista, era chamado de "Che", ou seja, "Amigo Guevara" – diz Sarney.

Na feira, Senado doará textos em braile

Desidério Erasmo nasceu em Roterdã (Holanda), em 1469. Faleceu na Basileia (Suíça), em 1536. Filho ilegítimo de um padre, tornou-se conhecido como Erasmo de Roterdã. Em *A educação de um príncipe cristão*, o filósofo orienta sobre a melhor maneira de preparar um herdeiro da realeza para governar. Impressões em braile desse texto serão doadas a três entidades gaúchas que prestam apoio aos portadores de deficiência visual. A entrega ocorrerá no próximo dia 12, às 16h, no estande do Senado instalado na 56ª Feira do Livro de Porto Alegre.

O texto de Erasmo de Roterdã é um dos que integram o livro *Conselhos aos governantes*, do Conselho Edito-

rial do Senado. A Secretaria Especial de Editoração e Publicações da Casa dividiu a obra em volumes e os está transcrevendo para braile. O primeiro deles reuniu os textos *Aos amigos e parentes de Dião*, escrito por Platão, e *Arthashastra*, de Kautilya. O segundo é *O príncipe*, de Maquiavel. Esses dois volumes também serão doados às instituições gaúchas.

O livro *Conselhos aos governantes* reúne ainda textos como *Conselhos de d. Quixote a Sancho Pança*, de Miguel de Cervantes; *Breviário dos políticos*, do Cardeal Mazarino; *Testamento político*, de Maurício de Nassau; *Suma política*, de Sebastião César de Meneses; e *Testamento político*, de dom Luís da Cunha.

Internauta opina sobre aborto de anencéfalos

Em novembro, o internauta pode opinar sobre o projeto (PLS 227/04) que permite o aborto no caso de fetos anencéfalos. A enquete sobre o tema é organizada pela Agência Senado em parceria com a Secretaria de Pesquisa e Opinião (Sepop) e pode ser acessada no lado direito da página principal do Portal de Notícias do Senado.

O PLS 227/04, do senador e ginecologista Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), altera o artigo 128 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), que lista os casos em que "não se pune o aborto praticado por médico".

O código já prevê entre essas exceções as situações em que não há outro meio de salvar a vida da gestante e aquelas em que a gravidez resulta de estupro.

O projeto exclui a punição também no caso de anencefalia, quando se identifica no feto a ausência dos hemisférios cerebrais – principal característica da anencefalia.

Atualmente, o PLS 227/04 tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), onde aguarda parecer do relator, senador Edison Lobão (PMDB-MA).

Servidores premiados por textos acadêmicos

A cerimônia de premiação dos vencedores da 1ª Coleção de Teses, Dissertações e Monografias dos Servidores do Senado foi realizada ontem, na Biblioteca Acadêmica Luiz Viana Filho, e contou com a presença de todos os vencedores desta edição.

No total, foram premiados dez trabalhos acadêmicos, sendo cinco trabalhos de graduação e pós-graduação, três obras de mestrado e duas obras de doutorado. O concurso foi resultado de uma parceria da Secretaria Especial de Editoração e Publicação (Seep) com a Direção-Geral do Senado.

O diretor-geral do Senado e presidente da comissão examinadora, Haroldo

Tajra, explicou que o objetivo do projeto é estimular a produção acadêmica por parte dos servidores do Senado.

– Esta iniciativa foi um sucesso e já lanço o convite para a próxima edição, no ano que vem. Esta coleção torna público o valor dos servidores da Casa – afirmou.

Os trabalhos premiados foram analisados de acordo com a relevância e a atualidade dos temas escolhidos, a contribuição para a área do conhecimento e a qualidade do texto. A Seep publicou 50 exemplares de cada obra e todas serão disponibilizadas em versão impressa e digital pela Biblioteca do Senado.



Diretor-geral, Haroldo Tajra discursa durante entrega dos prêmios e lançamento da coleção

Adiamento

Por razões técnicas, os discursos em Plenário pronunciados ontem, quarta-feira, após as 20h, serão publicados na edição de amanhã, sexta-feira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Quatro PECs na pauta da sessão

14h A sessão deliberativa de hoje tem quatro propostas de emenda à Constituição na pauta de votação. Entre elas, a PEC que permite a deputados e senadores exercerem o cargo de professor em instituições públicas de ensino superior.

Presidência Busto de Alexandre de Gusmão

15h30 José Sarney participa da cerimônia de doação do busto de Alexandre de Gusmão, diplomata e estadista, que se destacou por sua atuação na corte de dom João V. A doação será feita pelo embaixador Jerônimo Moscardo, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDR Alíquota zero para habitação popular

10h O primeiro item da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo autoriza o Executivo a reduzir a zero as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins dos materiais de construção destinados a habitações populares. Outro projeto libera municípios de contrapartida financeira em programas habitacionais.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Gurgacz elogia Ficha Limpa e pede reforma tributária

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) disse ontem que a presidente eleita, Dilma Rousseff, poderá contar com apoio, críticas construtivas, contribuições e também com a fiscalização vigilante do Congresso, para o que for necessário e bom para o Brasil. Gurgacz também elogiou a aprovação e a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

– Acredito plenamente na sua aplicação já para este ano e no fortalecimento de sua cultura nos tempos que virão. O fortalecimento de um pensamento mais ético dentro da política, que não aceite armazões, esquemas ou conchavos, que deixe de lado o fisiologismo, que é essa imposição dos interesses individuais acima dos interesses da coletividade.

Gurgacz comemorou a vitória do governador eleito de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB), e do vice-governador eleito, Airton Gurgacz (PDT), agradecendo o apoio dos eleitores rondonienses. Para ele, a Lei da Ficha Limpa tem tudo para mudar a maneira como se faz política no Brasil, podendo chegar ao ponto em que os próprios partidos começam a aplicá-la antes que a Justiça seja obrigada a fazê-lo.

O senador também destacou a importância da visita que a presidente eleita e o presidente Lula farão à África, nos



Gurgacz: Dilma pode contar com Congresso para apoio e críticas

próximos dias 9 e 10, quando passarão por Moçambique antes de seguir para o encontro do G-20, na Coreia do Sul. Segundo ele, é importante para o Brasil firmar o posicionamento de uma política comercial no continente africano.

Reforma tributária

Ele ainda defendeu urgência para uma reforma tributária.

– Precisamos de uma reforma tributária inteligente já, que reduza impostos, a carga sobre a produção e o trabalho, para que possamos enfrentar a força econômica de países como China, Coreia, Taiwan e outros tigres asiáticos. Sem isso, o Brasil, que tem um dos maiores custos de produção do mundo, torna-se um adversário fraco em relação a esses países – alertou.

Deputado Bruno Araújo explica que incluiu receitas geradas por legislação recente, como a que aumentou o IOF sobre capital externo aplicado no mercado financeiro

Comissão reestima receitas para Orçamento de 2011

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório de receitas do Orçamento de 2011, elaborado pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), que prevê um acréscimo de R\$ 17,7 bilhões na arrecadação do governo para o próximo ano, ou pouco mais de 1,8% da estimativa de R\$ 967,63 bilhões.

O relator conclui que a receita primária constante do projeto do governo está abaixo do que pode ser arrecadado, tendo em vista a ausência de receitas que já estão asseguradas em 2011 por força de alterações na legislação tributária posteriores ao encaminhamento do projeto; a ausência de receitas igualmente assegura-

das, por força de decisão judicial favorável ao Fisco federal; o desvio metodológico na previsão das receitas da Previdência Social; a não inclusão da previsão de receitas com alienação de ativos; e a subestimativa de elementos da receita não administrada.

Bruno Araújo explicou que o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi reestimado, pois há expectativa de arrecadação adicional para 2011 decorrente da elevação da alíquota de 2% para 6% sobre a entrada de capitais externos para aplicações em renda fixa no mercado financeiro. E de 0,38% para 6%, para a constituição de margem de garantia exigida nas bolsas, com

o objetivo de evitar movimentos especulativos e a consequente apreciação excessiva do real. Essas mudanças foram editadas pelo governo após o envio da proposta ao Congresso.

O relator disse ainda que o acréscimo de R\$ 7,6 milhões na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) se deve à retomada do fluxo anual de pagamentos do tributo, após vitória da União em ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Bruno Araújo apontou também que a receita foi projetada mediante a aplicação, à arrecadação de 2009, da taxa de crescimento observada nos oito primeiros meses de 2010.



O relator-geral do Orçamento para 2011, senador Gim Argello (ao microfone) comenta relatório do deputado Bruno Araújo (D)

Gim Argello pede "realismo" sobre reajuste do novo piso

O acréscimo de R\$ 17,68 bilhões na arrecadação da União no próximo ano foi saudado pelo relator-geral do projeto de Lei Orçamentária para 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), que deverá apresentar amanhã o seu parecer preliminar sobre o tema. Quanto ao salário mínimo de 2011, Gim Argello defendeu o "valor arredondado" de R\$ 540. O senador vai tratar hoje do assunto com os representantes das centrais sindicais, que reivindicam um mínimo de R\$ 575,80.

– Temos que trabalhar com a realidade – afirmou, descartando a possibilidade de o salário mínimo chegar ao patamar de R\$ 600.

O incremento na arrecadação está previsto no relatório de receitas do Orçamento de 2011, de autoria do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), aprovado ontem pela Comissão Mista de Orçamentos (CMO).

A resolução que contém as regras da tramitação de matérias na comissão mista determina que, na apreciação do projeto

de lei orçamentária, a avaliação da receita seja feita em separado das demais funções da comissão, devendo o relatório de receitas ser apreciado e votado antes da apresentação do relatório preliminar.

Em entrevista que concedeu após a aprovação do relatório de receitas, Gim Argello adiantou que o relatório preliminar já conta com 11 demandas sobre diversos temas, entre eles os relacionados à Lei Kandir (que trata da compensação aos estados por perdas em impostos sobre exportação); ao reajuste das categorias do Judiciário e dos aposentados; ao salário mínimo e às emendas individuais, de comissão e de bancada; entre outros.

– Todas as demandas já chegaram, vamos avaliar todas com atenção – disse o senador.

O relator-geral também adiantou que não pretende alterar o valor das emendas parlamentares individuais ao Orçamento de 2011. O valor adotado será o mesmo do ano passado (R\$ 12,5 milhões), segundo afirmou.

No centro dos debates, valor do salário mínimo

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu ontem a concessão de um aumento real – ou seja, acima da inflação – para o salário mínimo a partir de 1º de janeiro. Ele afirmou que, para implementar tal objetivo, "será necessária uma discussão ampla, já que, de acordo com o mecanismo vigente, não haveria aumento real".

Iso ocorre porque, para calcular o novo salário mínimo, a

fórmula matemática leva em conta a correção da inflação e o produto interno bruto (PIB) de 2009, que registrou variação próxima de zero (veja abaixo).

Bom senso

Do lado do governo, existe a preocupação em não deixar que um reajuste elevado comprometa o equilíbrio das contas públicas. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o au-

mento real a ser concedido "tem de ter bom senso, levando em conta os objetivos de crescimento da economia, que inclui a oferta de boas oportunidades de emprego".

– Não se pode pensar em um pulo muito alto [para o salário mínimo], para além do que é adequado para as finanças dos governos municipais e das empresas, por exemplo – argumentou Suplicy.

Definição de novo valor deu primeiro passo

A aprovação do relatório com a nova previsão de arrecadação orçamentária para o próximo ano foi o primeiro passo para a Comissão Mista de Orçamento (CMO) definir o novo valor do salário mínimo.

Com base nesse documento, relator-geral da proposta, senador Gim Argello (PTB-DF), vai definir se o mínimo ficará em R\$ 538,15, como propôs o governo no projeto enviado

ao Congresso em agosto, ou se vai incorporar algum ganho real, como defendem alguns parlamentares.

Gim Argello deve receber hoje os dirigentes das centrais sindicais, que reivindicam um mínimo de R\$ 575,80.

A ideia dos sindicalistas é acrescentar à inflação estimada para 2010 (de 5,5%) a previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) neste ano,

projetado em aproximadamente 8%.

Desde 2006, a fórmula de reajuste é o índice de inflação do ano anterior somado ao crescimento do PIB de dois anos anteriores.

Como a variação do PIB em 2009 foi negativa, o governo decidiu propor como critério de correção para 2011 apenas a estimativa da inflação para 2010.

Presidente eleita fala em aumento maior

Em sua primeira entrevista coletiva, a presidente eleita, Dilma Rousseff, afirmou ontem que está avaliando uma "compensação" que dê ao salário mínimo um reajuste

maior do que o que está previsto nas regras utilizadas nos projetos do Orçamento desde 2006. É que houve queda do produto interno bruto (PIB) em 2009. A variação do PIB é

um dos índices que compõem o reajuste do mínimo.

Para 2011, o valor do salário mínimo previsto até agora é de R\$ 538,15. De acordo com o relator-geral do Orçamento,

senador Gim Argello (PTB-DF), a discussão para definir o valor entra em fase decisiva nesta semana. Leia mais sobre a entrevista de Dilma no site da Agência Brasil.



Paim agradece aos gaúchos pela reeleição para o Senado

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu ontem, da tribuna, ao povo gaúcho por sua reeleição para o Senado e ainda destacou a vitória dos petistas Tarso Genro, para o governo estadual, e de Dilma Rousseff, para a Presidência. Como assinalou

Paim, ele recebeu o apoio de quase 3,9 milhões de eleitores, aproximadamente seis de cada dez votos depositados nas urnas no estado para senador.

– Com a graça de Deus e o apoio dos eleitores, que me fizeram o senador mais votado

de toda a história do Rio Grande do Sul, retorno a esta Casa com a alma e o coração mais do que abertos para prosseguir num segundo mandato – afirmou.

Paim lembrou que as pesquisas chegaram a situá-lo em terceiro lugar na disputa, mas

as urnas acabaram lhe assegurando vitória com cerca de 500 mil votos à frente de Ana Amélia Lemos (PP), também eleita. Para o senador, os gaúchos acabaram reconhecendo o trabalho que realizou nos últimos oito anos.

Reeleito, Raupp diz que luta está "só começando"

Ao agradecer ao povo de Rondônia por sua eleição para um novo mandato, o senador Valdir Raupp (PMDB) disse ontem à tarde que a sua luta está apenas começando, mesmo após oito anos já cumpridos no Senado. Ele afirmou que obras importantes para o estado precisam ser iniciadas, como a Ferrovia Transcontinental, a restauração da BR-364, a construção das pontes de integração, da BR-429, do gasoduto Urucu-Porto Velho, dos polos industriais e das zonas de processamento de exportação (ZPEs).

– Eu farei de tudo para retribuir [a reeleição] em forma de trabalho, que foi o que preguei durante toda a minha campanha – prometeu.

Raupp também comemorou a eleição de sua esposa, Marinha Raupp (PMDB-RO), para a Câmara dos Deputados, e do seu candidato ao governo, Confúcio Moura (PMDB). Segundo ele, o povo de Rondônia não queria mais o modelo de governo atual e queria mudança. Raupp disse que "as baixarias" dirigidas à candidata Dilma Rousseff na campanha também foram utilizadas contra Confúcio Moura e contra ele próprio.

– Eu mesmo, depois de eleito, sofri muitos ataques injustos. Mas isso não mudou a opinião do eleitor – disse o senador, acrescentando que seus adversários tentaram copiar, no plano estadual, os ataques feitos a Dilma e a Michel Temer, "levando até pessoas de fora de Rondônia".



Raupp também celebrou eleição da esposa para Câmara dos Deputados

Senadores exaltam o papel de Marina Silva nas eleições



Marina, entre Marisa Serrano e Arns, no Plenário do Senado

Marisa Serrano aponta mudança nos ares da política. Arns diz que ela provou que é possível obter vitórias mesmo na derrota

A PARTICIPAÇÃO DA senadora Marina Silva (PV-AC) nas eleições presidenciais representou uma mudança de ares na política nacional, avaliou a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

– Ela deu outro ânimo para que a gente continue lutando pelas conquistas que a gente espera que o país tenha nos próximos anos.

Flávio Arns (PSDB-PR) também rendeu homenagens a Marina Silva. Ela provou, na avaliação do senador, que é possível obter vitórias políticas mesmo quando se sai derrotado de eleições.



Para o senador, oposição conseguiu construir "corredor de resistência"

ACM Júnior lembra que oposição teve 44% dos votos

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) acusou o governo federal de usar a máquina pública nos últimos três anos em prol da candidatura de Dilma Rousseff. Ele disse ainda que, em sua avaliação, o governo do Lula exerceu "pressão antidemocrática sobre os órgãos de comunicação".

Apesar da vitória do PT no âmbito nacional, disse ACM Júnior, a oposição também colheu vitórias importantes por todo o país, como os governos de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Goiás, entre outros.

Além disso, ressaltou o senador, nas eleições presidenciais 44% dos eleitores preferiram a oposição à candidata do presidente Lula.

– As oposições conseguiram construir um corredor de resistência, que vai de Santa Catarina a Roraima e abrange mais da metade do eleitorado nacional – disse.

O próximo governo federal, opinou ACM Júnior, terá de enfrentar assuntos como uma reforma tributária efetiva.

– Apesar dos percalços e distorções a que assistimos durante a campanha, o país pode celebrar, mais uma vez, momentos de civismo e participação popular, previsíveis de ocorrer apenas em regimes democráticos. E, por fim, lembrar o que disse José Serra: que a luta está apenas começando – afirmou o senador, que no mesmo discurso prestou homenagem ao colega Romeu Tuma.

Valter Pereira: Dilma terá que mudar área da saúde

Depois de elogiar o desempenho da presidente eleita, Dilma Rousseff, Valter Pereira (PMDB-MS) lamentou que os candidatos não tenham discutido a fundo os problemas da saúde e da segurança pública no Brasil. Ele advertiu que o modelo universal de saúde, adotado na Constituição de 1988, enfrenta problemas sérios. A lei exige que estados e municípios gastem, respectivamente, 12% e 16% de suas receitas com saúde, mas a União fica livre de percentual mínimo.

Conforme o senador, por causa da falta de dinheiro, estados e municípios passaram a "ma-



Valter Pereira acredita que modelo universal de saúde está em crise

quiar" prestações de contas na área da saúde.

O sistema de oferecer saúde a

todos, "embora recheado de virtudes", tem revelado "inúmeros defeitos que exigem análises e mudanças", disse. Por isso, assinalou, a nova presidente deve decidir se mantém um sistema universalista de grande tamanho e custo, mas precário, ou se adota um modelo mais realista e eficiente.

Na área de segurança, Valter Pereira ponderou que um dos maiores problemas tem sido a impunidade, especialmente dos criminosos que se dedicam ao tráfico de drogas. Quando são presos e condenados, eles não cumprem toda a pena, disse.

Jefferson Praia aponta maturidade da democracia

"A grande vitoriosa nestas eleições foi a democracia", concluiu o senador Jefferson Praia (PDT-AM) ao parabenizar a presidente eleita, Dilma Rousseff.

– Que Dilma leve adiante a herança positiva dos oito anos do governo Lula. Ficaram para trás os tempos em que a economia ia bem e o povo ia mal, ou que a economia ia mal e o povo ia pior ainda – disse o senador, enumerando as realizações do governo Lula.

Jefferson Praia salientou que seu estado, o Amazonas, proporcionou a mais consagrada votação a Dilma, onde ela recebeu 80,57% dos votos.

O senador ressaltou ainda a maturidade da democracia brasileira, em que presidentes eleitos pelo voto popular se sucedem normalmente. Apontou para a tecnologia e a organização do pleito, com a grande eficiência da urna eletrônica e da apuração dos votos, e destacou



Jefferson Praia deseja que Dilma fortaleça herança do governo Lula

a pluralidade da política brasileira, já que o PSDB, apesar de derrotado na eleição presidencial, venceu em oito estados.



João Ribeiro pede tratamento especial de Dilma para o Tocantins

O senador João Ribeiro (PR-TO) pediu que a presidente eleita, Dilma Rousseff, dê "tratamento especial" ao Tocantins.

– Tenho certeza de que a nossa Dilma Rousseff, a minha amiga Dilma, vai dar um tratamento especial ao meu

querido estado, o Tocantins, que ainda está em fase de implantação. Embora já com 21 anos de emancipação, o estado continua precisando muito de investimentos – declarou.

João Ribeiro disse que apoiou para o governo do estado o

candidato do PSDB, Siqueira Campos, mas pediu votos para Dilma, uma vez que é aliado do presidente Lula. Afirmou ainda que explicou pessoalmente a situação à própria Dilma.

O senador manifestou a sua certeza de que, com Dilma na

Presidência, a relação do governo federal com o Tocantins deve continuar a mesma que vinha sendo mantida por Lula com os estados governados pela oposição: "É uma questão de Estado, institucional", disse.



Jonas Pereira/Senado Federal

PMDB participa das políticas públicas, diz Sarney

Sarney garante participação efetiva do PMDB

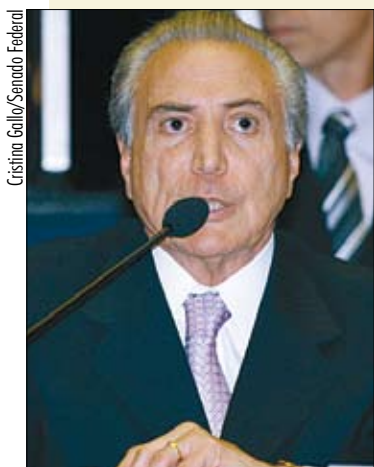
O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o PMDB terá participação efetiva no governo Dilma Rousseff, principalmente na formulação das políticas públicas. Por ter na chapa vencedora o deputado Michel Temer (SP) como vice-presidente eleito, o PMDB se considera corresponsável pelo governo que se iniciará em 1º de janeiro de 2011.

– O PMDB vai participar do governo e, sobretudo, nas formulações das políticas públicas – assegurou o presidente do Senado, que garantiu todo o apoio da Casa à presidente eleita.

Sarney disse ainda acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dará “absoluta liberdade” para Dilma constituir seu governo. Em entrevista ontem, Lula garantiu que não interferirá na escolha de nomes para o futuro governo da presidente.

Temer confirma rodízio PT-PMDB na Câmara

O presidente da Câmara e vice-presidente da República eleito, Michel Temer, confirmou ontem, em entrevista coletiva, que seu partido, o PMDB, entrou em acordo com o PT para manter na próxima legislatura o rodízio entre as duas legendas no comando daquela Casa. A informação é da Agência Câmara. Temer, que também preside o PMDB, informou ter conversado sobre o assunto com o presidente do PT, José Eduardo Dutra.



Cristina Gallo/Senado Federal

Michel Temer anunciou o acordo em entrevista coletiva

Senadora diz que vai sugerir a Dilma Rousseff apoio à realização de uma ampla reforma política que inclua, entre outros pontos, o financiamento público de campanhas e o voto em listas com alternância de gênero

Serys celebra primeira mulher na Presidência e pede reforma política

A SENADORA SERYS SIlhessarenko (PT-MT) saudou da tribuna a eleição da correligionária Dilma Rousseff para a Presidência da República. “Parabéns, Dilma Rousseff, presidenta do Brasil. Primeira mulher no comando maior desta nação, após 510 anos de sua história”, disse.

Ao traçar um histórico da participação feminina na política brasileira, Serys comentou a eleição, em 1928, da primeira mulher prefeita no Brasil: Alzira Soriano, eleita para a prefeitura de Lajes (RN). À época, acrescentou, o fato mereceu destaque inclusive no jornal norte-americano *The New York Times*, pois Alzira foi também a primeira mulher da América Latina a assumir a gestão de uma cidade.

Mas apenas em 1932, no governo Getúlio Vargas, registrou Serys, foi finalmente garantido o direito ao voto para as mulheres brasileiras.

A senadora mencionou ainda Maria Luiza Fontenele, primeira mulher eleita prefeita de uma capital, Fortaleza, em 1985. No ano seguinte, seria eleita também a primeira governadora: Iolanda Fleming, no Acre. Já a primeira a comandar a maior ci-



Marcello Casal Jr/ABR

Serys SIlhessarenko (foto ao lado) destaca que Dilma será a “primeira mulher no comando maior desta nação após 510 anos de sua história”

dade do país, São Paulo, foi Luiza Erundina, eleita em 1988.

Serys fez referência à própria história, por ter sido a primeira mulher eleita para o Senado por Mato Grosso, em 2002.

A senadora disse que vai sugerir a Dilma apoio à uma ampla reforma política que, entre outros pontos, discuta o financiamento público de campanhas e o voto em listas com alternância de

gênero. Serys também elogiou o discurso feito pela presidente eleita logo após a proclamação do resultado da votação.

Em aparte, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) congratulou a presidente e disse que a oposição acompanhará e fiscalizará, de maneira responsável, o novo governo petista. O senador afirmou que Serys poderia ser uma das ministras do governo Dilma.



Waldemir Barreto/Senado Federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senadora considera que a vitória da candidata petista foi histórica

Ideli diz que todos serão “muito bem tratados”

Ao comemorar ontem em Plenário a eleição da candidata do PT à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse ontem que Dilma será a primeira mulher a ocupar o cargo e que ela governará o Brasil “como uma mãe cuida dos filhos”, assegurando que “todos serão muito bem tratados”.

Ideli classificou a vitória de Dilma como “marcante e his-

tórica” e disse que esse novo governo petista simbolizará a conclusão do processo de redemocratização do país iniciado em 1985.

A senadora elogiou os compromissos firmados por Dilma Rousseff em seu discurso de vitória, como a continuação do combate à pobreza e à miséria.

– Quero dar, de forma emocionada, um viva ao Brasil, um

viva aos homens e às mulheres que trabalham pela paz e pela justiça social, porque acho que é isso que deve nortear a todos em todos os momentos do nosso cotidiano e da nossa vida – afirmou.

Em apartes, os senadores Magno Malta (PR-ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também comemoraram a vitória de Dilma Rousseff e elogiaram o pronunciamento de Ideli.

Para Suplicy, vencedora é uma “mulher extraordinária”

Ao celebrar ontem em discurso no Plenário a vitória de Dilma Rousseff no pleito de domingo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que sua correligionária é uma “mulher extraordinária” e que o PT escolheu acertadamente sua candidata ao Palácio do Planalto.

Suplicy disse que Dilma auxiliou ou conduziu programas importantes do governo Lula, como o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Ele também lembrou que Dilma será a primeira mulher a ocupar o Palácio do Planalto. Suplicy elogiou o fato de a presidente eleita ter defendido a importância das liberdades de imprensa e religiosa em seu discurso de vitória.

Para Suplicy, Dilma também



Waldemir Barreto/Senado Federal

Suplicy elogiou Dilma por defender liberdades religiosa e de imprensa

acerta ao comprometer-se com a erradicação da miséria e da fome no país. O senador acredita que os compromissos assumidos por Dilma honram a memória de intelectuais brasileiros como Milton Santos, Josué de Castro e Celso Furtado, entre outros.

Magno Malta critica uso da religião na campanha eleitoral

Magno Malta (PR-ES) também comemorou a eleição de Dilma Rousseff e lamentou que a fé dos candidatos tenha sido utilizada na campanha eleitoral. O senador criticou as manifestações de grupos religiosos que tentaram influir na eleição com argumentos preconceituosos.

– Estamos num país laico, há que se respeitar todos. A Constituição diz que tenho que respeitar o hinduísta, o budista, o católico, o ateu, aquele que professa fé afro. Mas também preciso ser respeitado. Um homem público não pode ser votado pela fé que ele professa, mas pelo seu passado, pelo seu presente e por aquilo que ele propõe para a sociedade brasileira – disse.

Magno Malta afirmou ter sido também vítima de preconceito oriundo de grupos católicos. Segundo ele, bispos capixabas



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador também disse ter sido vítima de preconceito religioso

elaboraram documento – que era lido nas igrejas – pedindo que não se votasse na sua reeleição. “Será uma discriminação por causa da minha religião?”, questionou o senador, para quem Dilma foi vítima da mesma violência.

Um dos filhos do senador, Robson Tuma, estava ontem em Plenário quando vários senadores apresentaram condolências à família e destacaram a atuação de Romeu Tuma no Senado, particularmente à frente da Corregedoria

Plenário presta sua homenagem à memória do senador Romeu Tuma

VÁRIOS SENADORES HOMENAGEARAM ontem em Plenário o senador Romeu Tuma, falecido no dia 26 de outubro. Eles apresentaram condolências à família – um dos filhos de Tuma, Robson, estava presente – e saudaram o senador Alfredo Cotait (DEM-SP), que assumiu a vaga de Tuma.

Renato Casagrande (PSB-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Magno Malta (PR-ES), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Valter Pereira (PMDB-MS) lembraram a trajetória de Tuma e elogiaram sua atuação no Senado, como parlamentar voltado para a questão da segurança pública e como corregedor da Casa. Casagrande destacou a proximidade de Tuma com os colegas. Azeredo manifestou seu pesar e disse ter ido a São Paulo prestar sua última homenagem.

Magno Malta lembrou o temperamento sereno de Tuma e observou que ele era o vice-presidente da CPI da Pedofilia, cargo que, em sua homenagem, ficará vago até o fim dos trabalhos da comissão. Demóstenes Torres sublinhou a atuação de Tuma na Corregedoria, em momentos de crise na Casa, e na formulação de soluções para a



Gerardo Magaloz/Senado Federal

Romeu Tuma faleceu no dia 26 de outubro após complicações médicas decorrentes de cirurgia cardíaca

segurança pública.

Valter Pereira também aplaudiu o trabalho de Tuma e apontou a coragem com que o senador paulista enfrentou a doença que o vitimou.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que Tuma era um homem sensível e de inteligência brilhante. João Faustino (PSDB-RN) se associou às homenagens. Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que Tuma era um homem dedicado ao trabalho.

Flávio Arns (PSDB-PR), por sua vez, destacou a atenção de Tuma, como parlamentar, para

as santas casas e instituições filantrópicas.

Cardeal

Eduardo Azeredo também cumprimentou o arcebispo de Aparecida do Norte (SP), Raymundo Damasceno Assis, que foi nomeado cardeal pelo papa Bento XVI. Azeredo destacou a trajetória do novo cardeal, que é mineiro, e apresentou requerimento em sua homenagem. Já Casagrande solicitou a realização de sessão solene para comemorar os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador Alfredo Cotait foi empossado ontem no cargo

Cotait promete honrar biografia de antecessor

Ao tomar posse ontem como senador, Alfredo Cotait (DEM-SP) fez questão de destacar a atuação de Romeu Tuma, a quem substituirá até o início da nova legislatura, em fevereiro de 2011.

Empossado pelo presidente do Senado, José Sarney, Cotait, disse que, apesar do pouco tempo restante de mandato, tentará fazer jus à biografia de seu antecessor e aprender com a experiência dos demais senadores.

– Só posso considerar esta oportunidade de, ainda por um breve período, servir meu estado e meu país, como uma reverência aos 16 anos que o senador Tuma devotou à defesa dos interesses do estado de São Paulo, colaborando intensamente com todos os governadores do período.

Segundo Alfredo Cotait, a atuação de Tuma no Senado foi marcada pela mesma retidão e lisura na condução de importantes questões para o Brasil. O senador destacou que a morte dele “priva o país de um grande homem”, mas ressaltou que sua trajetória servirá de inspiração para os parlamentares.

Alfredo Cotait lembrou que esteve ao lado de Romeu Tuma desde 1994, proximidade que levou à sua escolha como primeiro suplente em 2002.

– Buscarei na maior medida da minha capacidade fazer jus à biografia de quem escreveu com valor seu nome na nossa história – assegurou.

O senador também prestou homenagem a sua esposa, Laila, morta no início deste ano, lamentando não poder compartilhar o momento da posse no Senado com ela.

Papaléo resalta cordialidade e atuação como servidor público



Waldemir Barreto/Senado Federal

Papaléo Paes

“Romeu Tuma foi um servidor exemplar, afirmou Papaléo Paes (PSDB-AP), para quem a trajetória do ex-policial demonstra que o serviço público não é um mero instrumento de ascensão social, mas “uma oportunidade que se oferece às pessoas de bem, para

que sejam úteis aos seus semelhantes”. Segundo Papaléo, Tuma emprestou cordialidade à atividade política e sempre contou com a confiança de seus pares. Prova disso, lembrou, foi o fato de ter sido o único senador a ocupar o cargo de corregedor.

– Por sua respeitabilidade, conferimos a ele atribuições de extrema relevância. Nas mãos de Tuma colocamos, entre outras, as responsabilidades de promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no exercício do mandato.

Mão Santa lembra de Romeu Tuma como um “delegado franciscano”



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mão Santa

O senador Mão Santa (PSC-PI) prestou homenagem ontem ao senador Romeu Tuma, lembrando a atuação do colega como delegado e parlamentar. Ele lembrou que Tuma nasceu no Dia de São Francisco de Assis – 4 de outubro – e pediu

que o Brasil lhe faça justiça. O trabalho de Romeu Tuma no processo de redemocratização do país, nas décadas de 1970 e 1980, foi elogiado por Mão Santa.

– O nosso xerife, o nosso soldado, não irradiava terror. Irradiava firmeza. Não era dureza, não era atrocidade, não era tormento, não era tortura. Ele tinha no coração a bondade, a caridade e a pureza de São Francisco. Ele era um delegado, vamos dizer, franciscano – comparou.

Para Crivella, causa da Justiça perdeu um “devotado soldado”



Gerardo Magaloz/Senado Federal

Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse ontem que a causa da Justiça perdeu em Romeu Tuma um “devotado soldado”; a força policial, a sua maior referência contemporânea; seus amigos, o companheiro de dignidade exemplar; e o Brasil, “o

filho ilustre, dos maiores do seu tempo”. Crivella assinalou a inteligência de Tuma, “aperfeiçoada e amadurecida no trato das investigações policiais complexas” e lembrou seus maiores feitos: a identificação dos restos mortais do nazista Josef Mengele e a captura do mafioso Tommaso Buscetta.

– Dono de uma vontade inflexível, decidia com firmeza e realizava com bravura. Mas tinha um coração sem ódios e com horror a todo tipo de tirania – afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Slhessarenko • Paulo Paim • Eduardo Suplicy • Heráclito Fortes • Marconi Perillo • Magno Malta • Mão Santa • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Regras para TV por assinatura devem sair logo, prevê Flexa

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) acredita que, com o fim do processo eleitoral, questões polêmicas como a regulamentação do mercado de TV por assinatura e da exploração do pré-sal voltarão à pauta do Congresso. O parlamentar, que preside a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), quer ver aprovado, antes da posse de Dilma Rousseff na Presidência, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10 que permite a entrada de empresas de telefonia no mercado de TV por assinatura e cria cotas de programação nacional nos pacotes de canais pagos.

Depois de tramitar por três anos na Câmara dos Deputados e ser aprovado em junho naquela Casa, o projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), tendo Demóstenes Torres (DEM-GO) como relator.

Além da CCJ, o PLC 116/10 passará pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE); de Educação, Cultura e Esporte (CE); e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Em seguida, chegará à CCT, para decisão terminativa.

Flexa Ribeiro disse acreditar que o processo de votação pode ser acelerado com o fim das eleições. De acordo com o senador, apesar de polêmica,



Flexa Ribeiro espera que processo de votação seja agora acelerado

a proposta deve ser aprovada como foi votada pela Câmara.

Pré-sal

Na opinião do senador, outro tema não consensual que precisa ser resolvido antes do fim da atual legislatura é a partilha dos royalties do pré-sal. Segundo o parlamentar, a riqueza adquirida pela exploração de petróleo no mar brasileiro deve ser distribuída entre todos os estados.

– Não queremos prejudicar os estados produtores. Eles devem ter um tratamento diferenciado, mas é muito diferente extrair a riqueza de seu solo ou extraí-la do mar, que é território da União – avalia.

CCJ aprova criação da Menção Honrosa – Ciência pela Paz

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou a criação de uma menção honrosa a ser concedida anualmente pelo Senado a personalidades e organizações de destaque no emprego da atividade científica pacífica e que contribuam para o desenvolvimento social.

O projeto de resolução (PRS 7/10) que institui a Menção Honrosa – Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento foi apresentado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A defesa do projeto lembra que, em 2009, o presidente do Senado, José Sarney, e o representante da Organização das Nações Unidas para a Educação (Unesco) no Brasil, Vincent Defourny, assinaram memorando de entendimento em que as duas instituições se comprometem a realizar iniciativas conjuntas pelo Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, dentre as quais a criação da menção honrosa objeto do projeto de resolução.

Estabelecido pela ONU em 2001 e celebrado desde 2005 no Brasil, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento é comemorado em 10 de novembro. Para a Unesco, a data representa uma oportunidade para reflexão sobre a função que a ciência desempenha na construção de



Relator, Tasso Jereissati deu voto favorável à aprovação do projeto

um mundo melhor.

Toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à educação e ao desenvolvimento científico poderá indicar um nome para receber a menção. As inscrições devem ser encaminhadas ao Senado até 1º de agosto de cada ano. A escolha das indicações será feita pela CCT e por um representante da Unesco. Três personalidades ou organizações em diferentes áreas da atividade científica serão agraciadas.

O projeto recebeu voto favorável do relator Tasso Jereissati (PSDB-CE) e segue para exame da Comissão Diretora do Senado.

Segundo imprensa paraguaia, representantes do governo de Assunção virão a Brasília ainda neste mês para defender a rápida aprovação do acordo bilateral pelo Congresso

Paraguai quer logo aumento pela energia cedida ao Brasil

O GOVERNO PARAGUAIO deverá iniciar nos próximos dias novo esforço de persuasão junto a parlamentares do Brasil pela aprovação do acordo entre os dois países que aumenta de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões ao ano o pagamento brasileiro pela cessão de energia da hidrelétrica binacional de Itaipu. Segundo o jornal paraguaio *La Nación*, representantes do governo de Assunção estarão em Brasília neste mês para defender a rápida aprovação do acordo pelo Congresso Nacional.

As chamadas “notas transversais” firmadas pelos dois governos já receberam parecer favorável da representação brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Mas, para que entrem em vigor, precisam ainda ser aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O objetivo da missão, de acordo com a imprensa pa-

raguaia, é buscar a aprovação do acordo ainda neste ano pela Câmara, para que o texto seja analisado por um Senado renovado a partir de fevereiro.

Atualmente, o acordo – que consta do Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 2.600/10 – encontra-se na Mesa da Câmara, à espera da criação de uma comissão especial que vai analisá-lo. Somente após a constituição da comissão e da aprovação de um parecer é que o tema deverá chegar ao Plenário.

Caso seja aprovado pela Câmara ainda neste ano, como desejam os paraguaios, será imediatamente enviado ao Senado.

No Parlasul, o acordo bilateral teve como relator o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que já

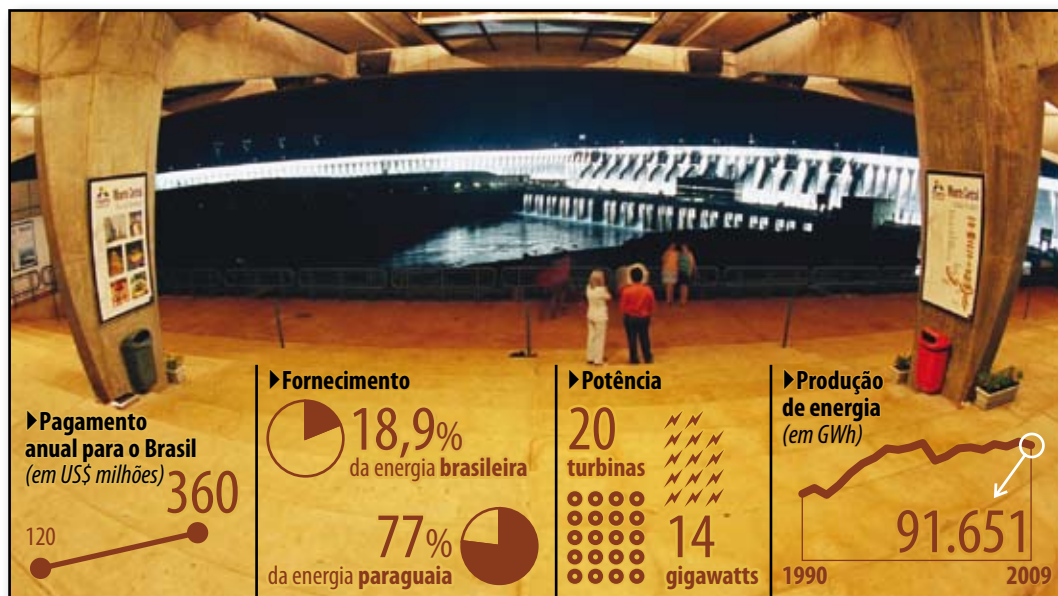
presidiu o parlamento regional. Em seu voto favorável, ele observa que a elevação do pagamento ao país vizinho pelo uso da energia a que este tem direito, mas não utiliza, “não terá efetivamente nenhum impacto nas contas públicas e na vida de nossos cidadãos”.

Por outro lado, ressalta o deputado, o aumento significaria bastante para o Paraguai. A remuneração gerada por Itaipu, recorda, representa cerca de 20% das receitas obtidas pelo Estado paraguaio. Por isso, o deputado acredita que os US\$ 240 milhões adicionais a serem pagos pelo uso da energia de Itaipu “podem fazer grande diferença em um país ainda muito pobre como é o Paraguai”.

Pagamento anual por energia de Itaipu deve subir de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões

Uma gigante no rio Paraná

Inaugurada em 1984, Itaipu é a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia. Sua produção de 2009 seria suficiente para atender todo o consumo do planeta por dois dias



Fonte: www.itaipu.gov.br

Avanço da desertificação no mundo preocupa Marco Maciel

O avanço mundial da desertificação, e em particular no Nordeste do Brasil, tem preocupado o senador Marco Maciel (DEM-PE). Ele observou em Plenário que 122 dos 185 municípios de Pernambuco já sofrem com o problema. O senador aproveitou para resgatar as conclusões da 2ª Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semiáridas, realizada em agosto passado, em Fortaleza, e cobrar medidas efetivas da comunidade internacional.

– A oportunidade perdida em Copenhague [na Conferência do Clima da ONU], no ano passado, não deve ser um paradigma a seguirmos. É necessário que os dirigentes de todas as nações entendam e ponham em prática um movimento solidário – defendeu.

Marco Maciel recordou ainda sua participação, em 1999, na 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. O evento ajudou a divulgar o compromisso ambiental da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), entidade da sociedade civil que, entre outras ações, defende a construção de 1 milhão de cisternas nas áreas afetadas pelo problema.

O senador também comentou a Conferência da ONU sobre biodiversidade, encerrada no último final de semana no Japão. O encontro resultou em acordo internacional para a ampliação, até 2020, das zonas de proteção ambiental para 17% da superfície terrestre e para 10% das superfícies marinhas. Uma decisão particularmente festejada pelo Brasil foi o proto-



Segundo o senador, 122 municípios de Pernambuco já sofrem com o problema

colo sobre o uso e a distribuição equilibrada de benefícios gerados por recursos genéticos, que levará à repartição dos ganhos gerados pela manipulação de plantas e microorganismos na produção de medicamentos e cosméticos entre a indústria e os países fornecedores dessa matéria-prima.

Nos casos de morte ou renúncia do presidente nos dois primeiros anos de mandato, seriam realizadas eleições em 90 dias. Se a vacância ocorrer nos dois anos finais, a proposta define que o novo presidente será eleito pelos congressistas



Texto substitutivo foi elaborado pelo relator, Demóstenes Torres (entre César Borges e Eduardo Suplicy), sobre proposta apresentada pelo senador Arthur Virgílio

Aprovada na CCJ emenda que retira do vice-presidente condição de sucessor

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 32/06) que retira do vice-presidente da República a condição de sucessor em caso de vacância do cargo de presidente, determinando que sejam convocadas novas eleições. O vice ocuparia o posto interinamente até a definição do novo presidente.

Caso a vacância (morte ou renúncia) ocorra nos dois últimos anos do mandato presidencial, o novo ocupante do cargo será eleito pelos deputados e senadores 30 dias depois da abertura da vaga. Se a vacância se verificar nos primeiros dois

anos do mandato, será realizada nova eleição direta, com voto popular, em 90 dias.

O texto aprovado pela CCJ é um substitutivo que o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), presidente da comissão, apresentou a projeto do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). O projeto original tratava também dos suplentes de senadores, mas a própria CCJ analisou o assunto em outra emenda constitucional. Por isso, a menção a esse tema foi retirada por Demóstenes no texto final.

Ministros do STF

Na mesma reunião, Demóstenes Torres leu parecer contrário

à PEC 39/03, da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que propõe mudanças no ingresso na magistratura e impõe mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais. Os ministros do STF teriam mandato de dez anos. Em outras cortes, o mandato seria de oito anos.

O relator ponderou que considera o projeto inconstitucional por "ferir a vitaliciedade, cláusula pétrea que tem por objetivo assegurar a independência dos magistrados". Ele se disse convencido de que a supressão da vitaliciedade "não livrará o Poder Judiciário da corrupção e dos desmandos que maculam

a instituição". Demóstenes sustentou que, ao contrário, "essa prerrogativa auxilia na boa condução dos julgamentos, por livrar os juizes de toda e qualquer espécie de pressão que possa vulnerá-los no cumprimento da função".

Como a autora da proposta, Serys Slhessarenko (PT-MT), não estava presente à reunião, Eduardo Suplicy (PT-SP) decidiu pedir vista do projeto, para sua votação em outra oportunidade. O parlamentar afirmou "já ter ouvido" que as medidas propostas no projeto de Serys são "de bom senso" e, por isso, pretende examinar melhor o assunto.

João Faustino desiste de Constituinte Revisora

Em discurso ontem, o senador João Faustino (PSDB-RN) informou que vai pedir o arquivamento da proposta de emenda à Constituição (PEC) que transforma o Congresso Nacional em Assembleia Nacional Constituinte Revisora. Ele explicou que, depois de o governo "emplacar a maioria" no Congresso, a PEC tinha poucas chances de ser votada.

– Apesar de conseguir o número de assinaturas necessárias

para a PEC, decidi esperar o fim do processo eleitoral para encaminhar a proposta à Mesa. Como a maioria governista é esmagadora, decidi arquivar a proposta, que se tornou inviável no momento – disse o senador.

João Faustino assinalou que a maioria de parlamentares do governo no Senado e na Câmara dos Deputados "é tão ampla" que supera as alianças observadas no decorrer dos governos militares.

O senador também parabenizou os partidos que disputaram o pleito no último dia 31 e afirmou que foi um dos momentos mais vivos da democracia brasileira.

– Se por um lado ressaltamos a vitória da candidata do PT, Dilma Rousseff, temos o dever de realçar o papel e a importância do candidato José Serra (PSDB), homem com um histórico de coragem, seriedade, competência e lealdade aos princípios da democracia.

Reajuste para policial rodoviário

Proposta que antecipa em três meses a última das quatro prestações da nova remuneração paga aos policiais rodoviários federais (de 1º de julho para 1º de abril de 2010) foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue agora para votação em Plenário.

Enviado ao Congresso pela Presidência da República, o projeto original (PLC 87/10), oriundo da Mensagem 655, de 29 de agosto de 2008, reajustava os chamados subsídios da carreira, com efeitos financeiros distribuídos em quatro etapas: 1º de março e 1º de julho de 2008, 1º de julho de 2009 e 1º de julho de 2010 (que foi alterada com a proposta votada ontem).

A carreira de policial rodoviário federal é dividida em quatro categorias, que passaram a receber, após a última das quatro parcelas de reajuste, os seguintes subsídios, em final de carreira: agente – R\$ 5.804,95; agente operacional IV – R\$ 7.443,29; agente especial VI – R\$ 9.376,29 e inspetor III – R\$ 10.544,14.

Em seu voto favorável à aprovação do projeto, o relator na CCJ, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), explica que não há reparos a fazer na proposta, uma vez que já há previsão orçamentária de R\$ 38 milhões para a concessão do aumento.

– O projeto se insere na política do governo federal de promover os necessários ajustes na remuneração dos servidores públicos de diversas carreiras do Poder Executivo, em especial a de policial rodoviário federal, de modo a assegurar a dignidade desses valorosos profissionais – afirma o relator.



Esmagadora maioria do governo tira chances da PEC, disse João Faustino

Senado acolhe Dia Nacional do Farmacêutico

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei (PLC 145/08) que institui 20 de janeiro como o Dia Nacional do Farmacêutico. A proposta das deputadas federais Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Alice Portugal (PCdoB-BA) vai agora a sanção presidencial. A data escolhida deve-se à criação, nesse dia, em 1916, da Associação Brasileira de Farmacêuticos.



Secretária-geral Claudia Lyra, ao lado de Marconi Perillo (C) e Mão Santa: projeto foi aprovado na sessão de ontem



Renan Calheiros defendeu na CCJ antecipação do aumento